



XVII ENANPUR

SÃO PAULO • 2017



Dinâmicas urbano-regionais em áreas não metropolitanas: o caso de Vitória da Conquista (BA)

Urban-regional dynamics in non-metropolitan areas: the case of Vitória da Conquista (BA)

*Leonardo Rodrigues Porto, mestrando, CEDE/IE/UNICAMP,
lnrdporto@gmail.com*

RESUMO

O artigo discute o papel desempenhado pela cidade de Vitória da Conquista e de sua área de influência ao longo do processo histórico de mudanças econômicas e espaciais que definiram o movimento da urbanização brasileira. Inicialmente, investigamos o atual sistema urbano do estado da Bahia, que apresenta uma rede verticalizada de cidades, com maior adensamento populacional no litoral e o número reduzido de cidades de porte médio no interior do estado. A cidade de Vitória da Conquista insere-se no contexto sócio-espacial do Semiárido Baiano, e atua como um importante entreposto comercial e fornecedor de serviços mais complexos, como os de saúde e educação superior, na sua área de influência.

Palavras Chave: Bahia; Cidades médias; Dinâmicas territoriais; Rede urbana; Vitória da Conquista.

ABSTRACT

The article discusses the role of the city of Vitória da Conquista and its area of influence along the historical process of economic and spatial changes that defined the movement of Brazilian urbanization. Initially, we investigated the present urban system of the state of Bahia, which presents a vertical network of cities, with greater population density in the coast and the reduced number of medium-sized cities in the interior of the state. The city of Vitória da Conquista is part of the socio-spatial context of semi-arid from Bahia, and acts as an important trading post and supplier of more complex services, such as health and higher education in its area of influence.

Keywords: Bahia; Medium cities; Territorial dynamics; Urban network; Vitória da Conquista.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como tema as novas determinações da problemática regional e urbana, em face dos processos econômicos e sociais que se instalaram no país, a partir da década de 1980 (Cano, 2011). Entendemos que alguns aspectos do processo de urbanização no país modificaram-se, nesse período, dando continuidade a um padrão de urbanização mais disperso, mas com o reforço do papel das metrópoles e o fortalecimento de determinadas cidades médias. Partimos da análise do sistema urbano do estado da Bahia, o qual apresenta uma rede dispersa de cidades, com relativo adensamento populacional no litoral e na Região Metropolitana de Salvador (RMS) e uma quantidade reduzida de cidades de porte médio no interior do estado. A estruturação desse sistema urbano acompanha o movimento da urbanização brasileira, durante o século XX, embora guarde características regionais específicas, referentes ao processo histórico de formação das diferentes regiões do país e à forma como cada região se inseria na divisão interna do trabalho, com o processo de industrialização e a integração do seu mercado nacional.

Inserida no contexto sócio-espacial do Semiárido Baiano está a cidade de Vitória da Conquista, que articula uma área de 96 municípios e mais de dois milhões de pessoas (IBGE, 2008). Esta cidade representa, atualmente, um importante entreposto comercial e é fornecedora de serviços mais complexos, como os de saúde e de educação superior para a sua área de influência. Seu crescimento beneficia-se da existência de poucos centros urbanos de maior porte, por onde os fluxos econômicos e sociais possam se direcionar. Deste modo, nosso objetivo é conhecer o papel desempenhado pela cidade de Vitória da Conquista (BA) e de sua área de influência ao longo do processo histórico de mudanças econômicas e espaciais, que foram consolidando o atual sistema urbano baiano, e da urbanização do país.

Efetuamos a análise do ponto de vista do desenvolvimento econômico, da evolução da rede urbana e do relativo alcance da integração nacional, conforme proposto por Singer (1977). Além disso, dialogamos com as contribuições da Regic de 2007, que apresenta as principais conexões entre os municípios brasileiros (IBGE, 2008). Sob a perspectiva histórica adotada, ficam claras três fases distintas. A primeira envolve os antecedentes da ocupação do território e formação da hinterlândia de Vitória da Conquista, até o pós-Segunda Guerra, quando se dá o movimento de inflexão no processo de urbanização brasileira. A segunda fase refere-se ao período do desenvolvimento urbano-industrial brasileiro, ajustado às especificidades de Vitória da Conquista (1945-1980), que se insere no processo de formação e consolidação da rede urbana brasileira, através da integração do mercado nacional. Por fim, nos referimos ao pós-1980, em que discutimos a dinâmica recente da atual área de influência de Vitória da Conquista.

O texto está organizado em três seções. Na primeira, discutimos as características do sistema urbano baiano. Em seguida, apresentamos a evolução e consolidação da rede urbana de Vitória da Conquista. Na terceira seção, analisamos as características recentes dessa rede urbana. Nas conclusões, nos referimos à dependência que este conjunto de cidades tem das políticas federais.

O SISTEMA URBANO BAIANO NO CONTEXTO DA URBANIZAÇÃO BRASILEIRA

O estado da Bahia situa-se na região Nordeste, numa área de 564,7 mil km². Em 2010, apresentava densidade demográfica de 24,82 hab./km², superando apenas os estados do Maranhão e do Piauí, no Nordeste. A Bahia tem quase dois terços do seu território e mais da metade dos seus municípios situados na região semiárida, contando com a maior população rural do país (cerca de 3,9 milhões de pessoas). Embora sem acompanhar o mesmo ritmo de transformações dos estados

brasileiros de maior dinamismo econômico, o sistema urbano baiano modificou-se bastante desde o início do século XX, com especial aceleração a partir dos anos 1950, em face da intensificação do crescimento urbano-industrial brasileiro (Silva e Silva, 1989). Entre os anos de 1950 e 2010, o número de cidades da Bahia passou de 150 para 417, e a população total do estado passou de 4,84 milhões para 14,02 milhões de habitantes. Sua taxa de urbanização passou de 25,9%, em 1950, para 72,1% em 2010.

De acordo com Geiger (1963), a Bahia adentrou o século XX com um sistema de cidades cujas características gerais eram, basicamente, a concentração econômica e demográfica em Salvador, ante a ausência de cidades “grandes” no interior, que atuassem como verdadeiras “capitais regionais”. Desse modo, tínhamos um conjunto de cidades com centralidades semelhantes, em que nenhuma exercia maior domínio sobre a outra. Não existiam centros industriais no interior. Existia apenas certa quantidade de centros urbanos que refletiam a manutenção das velhas estruturas econômicas e traços da antiga organização urbana, como as feiras de gado, centros artesanais e os núcleos das áreas de mineração.

Para Teixeira e Guerra (2000), as condições infraestruturais agravavam o desempenho da economia baiana. Citam como exemplo as dificuldades de integração dos mercados criados pelo crescimento populacional dos núcleos urbanos do interior, provocadas pela má qualidade e pouca disponibilidade de estradas. Contudo, o início das atividades da Petrobrás no estado e a criação de um sistema estadual de planejamento, que viria a constituir o primeiro plano estadual de desenvolvimento (Plandeb), de 1959, dariam um novo viés à indústria e economia baianas. Deste modo, a centralidade de Salvador e da região metropolitana foi reforçada com o advento da Petrobrás e as práticas estatais de planejamento econômico. Destacamos a forte influência que os investimentos industriais no Centro Industrial de Aratu (CIA), na década de 1960, e o Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), nos anos 1970, teve sobre o processo de urbanização em Salvador. Além destes, contribuíram as transferências federais e os investimentos estatais e privados em ramos não industriais, como os serviços e o turismo. Sua posição geográfica e importância histórica no contexto da ocupação portuguesa sempre permitiu que estivesse “conectada” com o mundo, ao passo que mantinha relações intensas com outros espaços do interior baiano, onde funcionava como “porta de entrada” para o sertão e meio de escoamento de mercadorias e transporte de pessoas (Falcón, 2012).

Este quadro nos permite algumas reflexões preliminares sobre as redes urbanas secundárias que perfazem o território baiano. O estado possui razoável densidade populacional, mas, não apresenta ampla infraestrutura que lhe possibilite uma economia diversificada e complexa ocupando todo o seu território (Alban, 2005). Por outro lado, a distribuição do tamanho populacional das cidades baianas aponta para um número pouco expressivo de cidades de porte médio. Por esses motivos, assume-se que o deslocamento populacional e os fluxos econômicos direcionam-se para poucos destinos dentro do estado da Bahia. Porto (2003) evidencia a existência de uma rede principal de cidades no estado, que concentra a maior parte dos fluxos sociais e econômicos do seu território, atuando como entreposto desses fluxos entre os distintos lugares de sua área de influência e de outras regiões. De acordo com o autor,

A rede urbana principal da Bahia é composta de cerca de 28 cidades que concentram mais de 80% dos fluxos econômicos e sociais do Estado. [...] Estas cidades representam quase 50% da população estadual, são responsáveis por quase 100% das matrículas nos cursos universitários, 84% dos médicos, 70% dos dentistas, todas as emissoras de TV, 70% das rádios licenciadas da Bahia (Porto, 2003, p. 14).

Silva e Silva (2006) argumentam pela necessidade do fortalecimento das cidades médias no interior da Bahia, desempenhando o papel de capitais regionais. Alban (2005), por sua vez, defende que boa parte da população do estado devesse habitar cidades médias, a fim de superar o seu atraso social. Desta maneira, o autor propõe a criação de uma nova capital para a Bahia, ou seja, a criação de uma nova cidade média no interior do estado, para desempenhar funções político-administrativas. Por fim, os espaços da produção baiana foram identificados e caracterizados utilizando indicadores para medir o porte do comércio e serviços das cidades¹. Desse modo, com alguns desvios localizados,

[...] no geral são as mesmas cidades que se enquadram nos três indicadores considerados e são aqueles que servem como centralidade das manchas de produção industrial. [...] também são estas localidades que estão presentes nos locais onde há uma superposição de fluxos dos setores primário e secundário, estando nestas próprias cidades as maiores concentrações das atividades terciárias (Bahia, 2001, p. 61).

As cidades de Vitória da Conquista (BA), Jequié (BA) e Feira de Santana (BA), por exemplo, exercem papel de rede secundária de entreposto comercial entre estados. A primeira passou a concentrar os fluxos de uma vasta região que abarca uma rede de cidades estendida até próximo a Barreiras (BA), no oeste do estado, enquanto Feira de Santana lidera outra vasta região, de menor tamanho, porém mais densa em produção. Por outro lado, aparecem dispersas no território as cidades de porte pequeno, motivadas pelo surgimento de novas rotas de fluxos comerciais, que demandam pouca infraestrutura urbana (Porto, 2003).

Dias e Araújo (2013) procuraram esboçar uma tipologia própria para as cidades médias baianas, apontando para um total de 32 cidades, cuja população oscila entre 40 mil e 500 mil habitantes, não localizadas na RMS, e que apresentam a condição de Capital Regional ou Centro Sub-regional, na metodologia da Regic. Todavia, a disposição dessas cidades no território denota a ausência de cidades médias na porção semiárida. Pelo exposto, o sistema urbano que se consolidou na Bahia apresenta uma rede dispersa de cidades, com relativo adensamento populacional e econômico no litoral e na RMS, e um número pouco expressivo de cidades de porte médio no interior do estado. Reflete com menor intensidade o processo de urbanização brasileira, isto é, a mesma lógica urbana de reprodução da sociedade, própria do desenvolvimento econômico brasileiro.

VITÓRIA DA CONQUISTA: ANTECEDENTES HISTÓRICOS E PADRÃO DE TRANSFORMAÇÕES

ANTECEDENTES

A área de influência de Vitória da Conquista vincula-se a um passado histórico comum, relacionado à dinâmica do processo de conquista e ocupação do território pelos portugueses. O sentido da ocupação decorria da descoberta de jazidas auríferas e o estabelecimento de fazendas pecuaristas. Por volta do ano de 1725, o governo português instituiu a Vila de Nossa Senhora do Livramento das Minas do Rio de Contas, a fim de estabelecer o controle territorial da exploração de minérios (Neves e Adan, 2012). A região desempenha um papel de integração na dinâmica

¹ Foram eles, a) o volume de capital-moeda, medido pelos depósitos bancários; b) o consumo de energia elétrica nos estabelecimentos comerciais e de serviços; e c) o contingente populacional (BAHIA, 2001).

comercial entre as regiões Nordeste e Sudeste do Brasil, o que se materializa na forte interação social que tem com o norte do estado de Minas Gerais², com a qual faz divisa.

A maior parte das cidades da região surgiu a partir de fazendas de criação ou de capelas fundadas por criadores de gado. É o caso do arraial de Vitória da Conquista, embora seu crescimento deva-se ao fato de ter-se constituído como "ponto de pouso e encruzilhada" de caminhos (IBGE, 1960). Mas, independentemente do fator de origem, tais povoaamentos só se transformariam em cidades à medida que se instauravam novas vias de comunicação (IBGE, 1960). Nos séculos XVIII e XIX, a hierarquia urbano-regional expandia-se à medida que avançava a produção de algodão, favorecida pela imigração oriunda de Minas Gerais e Goiás, em função do esgotamento do ciclo do ouro e o avanço da pecuária. A partir da centralidade política de Caetité, visualizava-se a constituição de uma rede de cidades bem estruturada na região (Neves e Adan, 2012), que adentraria o século XX com fortes elementos de uma sociabilidade urbana: instalação precoce de uma câmara municipal, construção do Theatro Centenário (no ano de 1922) e do Cine Vitória, bem como a fundação da Escola Normal, todas situadas no município de Caetité.

Essa centralidade veio a declinar contemporaneamente, dando lugar a um maior peso econômico e político exercido por Vitória da Conquista, principalmente, e Guanambi de forma secundária. Além destas, Brumado e Itapetinga também despontam como importantes centros urbanos para a região. Contudo, embora as principais transformações ocorram a partir da segunda metade do século XX, é importante frisarmos algumas questões relativas a esta mudança de centralidade na região. Isto é, o que justifica que Vitória da Conquista estivesse em melhores condições de beneficiar-se desta nova dinâmica econômica, e não qualquer outro núcleo urbano em seu entorno? O que explica a origem de sua centralidade? Ou ainda, que condições o município reunia para vir a constituir-se como cidade média já nos anos 1970/1980 e uma das principais cidades do interior da Bahia atualmente?

A este respeito, é possível remontarmos a fatores que respondem a um processo similar entre os principais núcleos urbanos do Nordeste. No ano de 1920, a população do município de Vitória da Conquista era de 84.038 pessoas, sendo o terceiro município mais populoso do estado, atrás apenas de Salvador (283.422) e Santo Amaro (84.930). Por sua vez, o município de Caetité, cuja centralidade era devida às suas funções político-administrativas, aparecia apenas na 21ª posição, com 36.177 habitantes. Porém, os dados do Censo de 1910 revelam que Vitória da Conquista ocupava apenas a 30ª posição entre os municípios baianos, em torno de 24 mil habitantes. Ou seja, num intervalo de apenas dez anos, seu crescimento populacional foi de aproximadamente 250%, apontando para uma dinâmica favorável à atração de população³.

Leão (1989) procurou demonstrar como o surgimento de novas rotas das boiadas, no século XIX, permitiu adensar os povoaamentos a sudoeste da Bahia, a exemplos de Jequié, Poções e Vitória da Conquista. De acordo com o IBGE (1960), Vitória da Conquista e Jequié compartilhavam papel de destaque regional, provocada pelas suas posições numa área de transição entre o sertão semiárido e a faixa litorânea úmida. Estas localidades foram se desenvolvendo, à medida que a faixa litorânea ganhava importância. Assim, tanto o avanço da ocupação agrícola na área de Ilhéus-

² Não se trata, contudo, de uma articulação recente. Ela remonta ao período da colonização e ao esforço da Coroa Portuguesa de aproveitamento econômico comum aos dois territórios: a mineração e a pecuária. Além disso, aquela porção do Norte de Minas Gerais pertenceu, no passado, à Capitania da Bahia (Neves e Adan, 2012).

³ Salvo as imprecisões estatísticas da época.

Itabuna, no litoral e, no século XX, a expansão da pecuária em Itapetinga iriam refletir sobre o crescimento da cidade de Vitória da Conquista, por onde se liga o sertão com estas áreas.

Estes elementos sugerem que o processo de ocupação do território da área de influência de Vitória da Conquista foi definindo a posição hierárquica dos principais núcleos da região, cuja situação permanece com poucas alterações até os dias atuais. Embora não detivesse maior "centralidade" no período pré-1930, Vitória da Conquista já era um município populoso, além de situar-se em área de maior interação entre o Norte e o Sul do país e entre o litoral e o sertão da Bahia. Desta forma, a intensificação do comércio inter-regional só fortaleceria o papel de entreposto comercial daquela localidade.

TRANSFORMAÇÕES URBANO-INDUSTRIAIS E OS SEUS IMPACTOS

Além do resgate histórico, a construção desta seção atende à necessidade de se desenvolver dois argumentos centrais. O primeiro decorre do empenho em mostrarmos os elementos que levaram à transição de Vitória da Conquista, da pequena cidade dos anos 1930-40 para a cidade média dos anos 1970-80. Defendemos que, apesar de ser uma cidade pequena – com pouco mais de oito mil pessoas vivendo na sede, em 1940 –, ela já era naquela época o núcleo de um município⁴ com papel importante no interior da Bahia, pois respondia por certo fluxo de pessoas e mercadorias, por onde se faziam o "caminho das boiadas", servindo também de transição entre o sertão semiárido e o litoral úmido do estado. Portanto, a cidade já carregava consigo os elementos que a habilitariam como o centro a receber a dotação de recursos e equipamentos no território para viabilizar o processo de circulação de mercadorias que estava em curso no Brasil.

Em outras palavras, o desenvolvimento econômico brasileiro ao adentrar os "rincões do sertão" nordestino não alteraria profundamente os seus elementos estruturais físicos e socioeconômicos. De modo contrário, ele se ajustaria às bases materiais que já estavam postas anteriormente. Isto nos leva ao segundo argumento, a fim de explicar e comprovar o primeiro. Referimo-nos à identificação das novas funções e papéis que a área de influência de Vitória da Conquista foi assumindo com a nova *divisão territorial do trabalho* brasileira, desenhada a partir da década de 1930 e gestada pelo novo padrão de acumulação que surgia. Esta argumentação está de acordo com a perspectiva de análise de Singer (1977), especialmente na maneira como esse autor tratou o território em cada fase do desenvolvimento nacional.

Observamos que, para os municípios da área de influência de Vitória da Conquista, é a partir daí que se tem o movimento histórico e os fatores que terão maior importância na constituição e no crescimento dos seus núcleos urbanos. Ou seja, as principais aglomerações urbanas da região tiveram seu florescimento no período da formação do mercado nacional. Deste modo, o crescimento urbano de Vitória da Conquista na fase posterior ao da II Guerra Mundial está consoante ao modelo de desenvolvimento urbano-industrial do país e acompanha as transformações e o movimento geral da economia nacional. Nesse sentido, importa apontar aspectos específicos do seu desenvolvimento, pois, de acordo com Soares (2013), os "caminhos dos principais aspectos da urbanização de Vitória da Conquista", apesar de terem se dado em menor intensidade, demonstra que as mudanças se fizeram sentir nessa cidade concretamente.

⁴ Inclusive, Alves (2014) mostra que à medida que os demais povoados daquela municipalidade foram se emancipando, no decorrer do século XX, permaneceram tendo em Vitória da Conquista a principal referência e centro de destino, às vezes para realizar tarefas que já poderiam ser efetuadas nas novas sedes que foram criadas.

No início da segunda metade do século XX, verifica-se a elevação da população local em virtude da expansão agropecuária, e os impactos positivos da criação da rodovia Rio-Bahia, que permitiu o escoamento da produção e facilitou as comunicações, proporcionando o maior crescimento dessa área "que até então não tinha grande expressão econômica e demográfica" (IBGE, 1960, p. 202). A rede urbana que se estruturava no eixo da rodovia Rio-Bahia era pouco adensada e subordinada às principais cidades vinculadas às vias de comunicação, tais como Vitória da Conquista e Jequié, na Bahia, e Teófilo Otoni, em Minas Gerais. Toda essa região consistia numa imensa área pastoril, que abrangia desde o nordeste de Minas Gerais, o planalto sul-baiano, até o rio de Contas.

A construção da BR-116 (rodovia Rio-Bahia), na década de 1950, definiu a influência do mercado do Centro-Sul, com ligação terrestre com a metrópole do Rio de Janeiro, contribuindo para a evolução dos núcleos urbanos em seu percurso. Contudo, de acordo com as próprias palavras utilizadas pelo IBGE, ao revelar a importância que a Rio-Bahia teria para aquelas localidades, trazendo novos impulsos de crescimento, percebe-se que não foram criadas novas centralidades, antes se reforçavam a influência que estas cidades já desempenhavam em seu contexto regional:

A construção da rodovia Rio-Bahia trouxe enorme impulso a Jequié como a Conquista. Cresce sua área urbana modificando-se sua fisionomia. Esse [sic] surto de progresso se exprime, de um lado, pela presença de numerosas oficinas de reparos e bombas de gasolina, o aumento notável no número de hotéis e pensões, as novas lojas de peças e acessórios [sic] de automóveis. Por outro lado, reforçou-se a influência regional de ambas as cidades, que redistribuem para as áreas vizinhas gêneros alimentícios e artigos manufaturados importados pela nova via e se constituem em importantes centros médicos e culturais (IBGE, 1960, p. 559, g. n.).

Distingue-se na publicação do IBGE, envolvido pelo contexto da época em que foi escrito – pouco tempo depois da inauguração da Rio-Bahia e levado pela onda de otimismo do período desenvolvimentista –, a identificação de uma "onda de progresso" nestes municípios. Contudo, mostram que o avanço se dava sem modificar o "aspecto pitoresco do sertão", o que se traduz na ideia de que pouco se mudou na sua estrutura. Mas, estas transformações ajudariam a definir o surgimento de uma nova realidade socioeconômica na região de Vitória da Conquista (Soares, 2013). Com base econômica calcada na pecuária, os municípios beneficiaram-se dos impactos sobre a economia do país causados pela Segunda Guerra Mundial e pela retomada do pensamento nacional-desenvolvimentista pós-1950⁵. O IBGE considerou a pecuária do município de Vitória da Conquista como a "mais desenvolvida do Estado", para o ano de 1956, apontando um plantel considerável de gado de cria e de corte (IBGE, 1960).

Em 1950, Vitória da Conquista já possuía a maior área em extensão territorial dos estabelecimentos agropecuários do estado. O mesmo ocorre se considerarmos a expansão do plantel de gado entre os municípios. Os maiores crescimentos no período 1940-1950 se dão em Itambé (142%) e Vitória da Conquista (105%). Na década seguinte, o destaque vai para o município de Itapetinga, que se emancipou de Itambé em 1952. A expansão maior se deu nos limites de Itapetinga⁶. Porém, enquanto este era um município recém-emancipado, com uma população

⁵ Para Soares (2013), a região se beneficiou de uma nova inflexão agroexportadora verificada pelo país, com a Segunda Guerra, que visava atender a demanda externa, acompanhada da redução das importações e da decorrente expansão do mercado consumidor externo. Deste modo, enquanto as áreas agricultáveis mais dinâmicas voltavam-se para atender o mercado externo, forçava-se a expansão e a integração de novas áreas agrícolas. Por outro lado, da dinâmica do processo de recuperação e crescimento da economia brasileira, decorreu-se a expansão da demanda urbana – tanto regional como nacional.

⁶ Estes dados referem-se aos Censos Agrícolas de 1940, 1950 e 1960.

urbana ainda pequena, a cidade de Vitória da Conquista já reunia os elementos para captar o crescimento advindo da pecuária na região, especialmente porque estes municípios foram originalmente desmembrados dela.

Para o IBGE (1960), as feiras de Vitória da Conquista e de Jequié eram as mais concorridas da região, comercializando artigos típicos do sertão, ao lado da variada produção agrícola das áreas úmidas. A produção pecuária era dirigida principalmente para a cidade de Salvador, passando por negociações em Feira de Santana. Na época, a divisão macrorregional do país considerava os dois municípios pertencentes à região Leste. Mas, tanto os traços de cultura sertaneja e a localização numa área de transição com o litoral úmido, como as peculiaridades de sua pecuária e a importância de suas feiras, levou o IBGE a fazer associações com a "Grande Região Nordeste onde é característica a presença de cidades importantes nessa faixa de contato" (IBGE, 1960, p. 559).

Novo conjunto de transformações urbanas se daria na década de 1970, com a política agrícola do período militar e com a definição do programa de fortalecimento das cidades médias no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). No primeiro caso, trata-se da implantação e a rápida expansão da cultura do café em Vitória da Conquista, quando a produção saltou de sete para quase quatro mil toneladas, entre 1973 e 1977 (Soares, 2013). Este movimento se deu com expansão da quantidade de tratores nos estabelecimentos agropecuários, revelando o relativo processo de maquinização e elevação da relação capital/trabalho dessas propriedades, dentro do modelo de modernização da agricultura, em curso no país. A implantação do café levou a uma maior migração no sentido rural-urbano, com a "substituição de mão de obra por máquina na zona rural de Vitória da Conquista nos anos de 1970" (Soares, 2013).

Por outro lado, Santos (2012) sugere que, para além dos fatores já mencionados, é preciso considerar as ações engendradas pelo poder público federal e estadual, especialmente nas décadas de 1960 e 1970, como os principais determinantes do avanço e crescimento das cidades médias no interior do estado da Bahia.

[Estas ações] foram determinantes para que essas cidades baianas fortalecessem sua capacidade de articular fluxos de pessoas, atividades econômicas, decisões políticas e, principalmente, investimentos, o que, por sua vez, criou condições para que a alocação do capital imobiliário e terciário coadunasse com a redefinição/ consolidação de seus papéis na rede urbana (Santos, 2012, p.130).

A importância das cidades médias no Brasil ganhou destaque a partir das discussões sobre planejamento territorial e desconcentração econômica regional dos anos 1970, definindo a função estratégica desse grupo de cidades no âmbito do II PND. Santos (2012) ressalta a importância que teve o Programa de Cidades de Porte Médio, empreendido pelos governos militares e financiado pelo Banco Mundial, expressando o papel das políticas estatais na consolidação destes núcleos urbanos. Para o autor, os municípios que receberam aporte do Programa tiveram a sua dinâmica econômica alterada, deixando de serem preponderantemente agrícolas para a maior expansão do terciário, com o comércio, os serviços e as atividades imobiliárias.

Os dados concernentes à estrutura setorial do PIB de Vitória da Conquista (Tabela 1) sugerem a rápida perda de importância da cultura do café (ou mesmo um declínio), sucedida pela "expansão" do setor terciário. O maior destaque é do crescimento específico dos serviços de administração pública, que vão marcar outro padrão de crescimento econômico e urbano no pós-1980 tanto para a cidade como para o conjunto regional, que não segue necessariamente as iniciativas do *Programa de Cidades de Porte Médio*. Além disto, as condições socioeconômicas da área que

estamos investigando permitem caracterizá-la pela dependência que seus municípios têm do gasto público e das transferências governamentais. Disto decorre o papel do Estado para a dinâmica econômica destas cidades no contexto das redes urbanas que são articuladas a partir delas. Tais cidades despontaram como centros regionais importantes ao concentrarem as atividades de comércio e de serviços – em especial, os de saúde e de ensino superior – mobilizando capitais para o setor imobiliário, financeiro etc. (Santos, 2012). Todavia, tal dinâmica seria pouco provável, sem considerar, no âmbito da economia regional, o peso do Estado (e das atividades administrativas) no conjunto das cidades da rede urbana.

Tabela 1 – Vitória da Conquista: crescimento e estrutura setorial do PIB Municipal (1970-1996)

PIB Total e por setores	Crescimento				Participação setorial				
	1970-75	1975-80	1980-85	1985-96	1970	1975	1980	1985	1996
Agropecuária	12,5	8,2	11,9	-9,2	8,1	11,5	12,2	18,6	6,1
Indústria	9,6	9,2	6,0	-5,0	12,5	15,7	17,4	20,3	11,0
Serviços	3,0	6,3	-0,1	3,3	79,4	72,8	70,5	61,1	82,9
Administração Pública	10,5	6,7	14,2	4,0	6,4	8,4	8,2	13,9	20,5
Total	4,8	7,0	2,8	0,5	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Ipeadata, com base em metodologia antiga. PIB a preços de 2000.

Isto permite perceber "tipologias" diferenciadas das redes de cidades fora do âmbito metropolitano, referente à sua maior ou menor dependência do Estado e, assim, maior ou menor densidade econômica. Em termos de tratamento dos dados, convém efetuarmos a análise dos setores e segmentos econômicos, principalmente do setor terciário, atentando-se para o peso do Estado; características do emprego e população ocupada; arrecadação e transferências de recursos etc. Assim como o peso das políticas sociais na produção do espaço urbano nas cidades pequenas ou na intensificação dos fluxos econômicos rumo às cidades médias no período recente.

CARACTERÍSTICAS RECENTES DA DINÂMICA URBANA NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

O movimento geral do processo de urbanização brasileira possibilitou a constituição de um grupo de cidades com funções de intermediação entre o estrato superior da rede urbana brasileira e o conjunto de cidades pequenas situadas em sua área de influência. Metodologicamente, estes elementos despontam-se como determinantes mais gerais a atuarem sobre a configuração do sistema urbano baiano e, por extensão, da rede de cidades de Vitória da Conquista. Porém, convém analisarmos o que ocorre mais especificamente nas localidades investigadas, ou seja, demonstrar quais são as transformações que estão acontecendo necessariamente lá, contribuindo para ampliar o conhecimento das redes urbanas secundárias da Bahia.

A cidade de Vitória da Conquista atua como elo de uma rede urbana, articulando pequenas cidades do interior do estado da Bahia e norte de Minas Gerais, com o estrato superior da rede urbana nacional, tais como Salvador (BA), São Paulo (SP) e Brasília (DF). Representa, atualmente, um importante entreposto comercial e fornecedor de serviços de saúde e de educação superior, exercendo papel essencial no processo de circulação (e apropriação) de riquezas em sua região. Definimos a atual área de influência de Vitória da Conquista (REGIC VCA) com base no IBGE (2008), através da pesquisa Regiões de Influência das Cidades – 2007 (Regic). A hierarquia dos centros

urbanos estabelecida pela Regic, e a definição das regiões de influência a eles relacionada, foi construída em pesquisa específica, complementada por dados secundários e possui abrangência nacional. Entretanto, pode ser empregado em novos estudos, com enfoque em temas diversos ou áreas de escalas menores (IBGE, 2008).

A REGIC VCA compõe-se de 96 municípios, o que perfaz uma área de 145.963 km² (Figura 1), e uma população de 2.113.117 pessoas em 2010, levando a uma densidade demográfica de 14,49 hab./km². Dentre as principais capitais regionais do Nordeste definidas pela Regic, a cidade de Vitória da Conquista aparece com a maior extensão territorial de sua área de influência (25,8% do território baiano). Para meros efeitos de comparação, a área de influência da cidade de Feira de Santana (BA) é de 29.818,55 km², enquanto a de Campina Grande (PB) é de 46.464 km², cidades também caracterizadas como capitais regionais. Com base no que foi exposto até agora, procuramos agrupar os núcleos urbanos pertencentes à REGIC VCA da seguinte maneira:

Capital Regional: aparece Vitória da Conquista como o núcleo da rede, cujo município possuía 306.866 habitantes no ano de 2010, correspondendo a 2,19% da população do estado da Bahia, e 14,5% da população da sua área de influência no mesmo ano.

Centros Sub-regionais: composto pelas cidades de Guanambi (Centro Sub-regional A), Bom Jesus da Lapa e Brumado (Centros Sub-regionais B) que, juntas, representavam 1,48% da população do estado e 9,79% da população da REGIC VCA, em 2010. O grau de urbanização era de 72,9%.

Centros de Zona: 12 núcleos urbanos, dos quais se encontra Pedra Azul, pertencente ao estado de Minas Gerais, e Itapetinga, núcleo importante por suas funções urbanas e pela presença da indústria calçadista. Somados, sua população corresponde a 20,3% dos habitantes da área de influência de Vitória da Conquista, com um grau de urbanização de 63,7%, em média.

Centros Locais: 80 municípios têm suas sedes situadas neste grupo. Juntos, estes municípios respondem por 1.169.507 habitantes, demonstrando ser uma área bastante populosa, apesar da baixa densidade demográfica. Sua taxa de urbanização média é de apenas 45% e sua população rural era de cerca de 640 mil pessoas, no ano de 2010.

Estes primeiros dados já permitem entrever o quadro a ser investigado. Ou seja, verifica-se uma relativa concentração da população nos dois níveis superiores (21,12% da população em apenas quatro municípios), que também são os que apresentam maiores taxas de urbanização entre os municípios estudados. No extremo oposto, isto é, junto aos centros locais, denota-se a predominância da população (que é numerosa) vivendo na zona rural, cujas condições precárias de sobrevivência e de reprodução permitem qualificar o quadro de miséria e de baixíssima densidade econômica da área de influência de Vitória da Conquista.

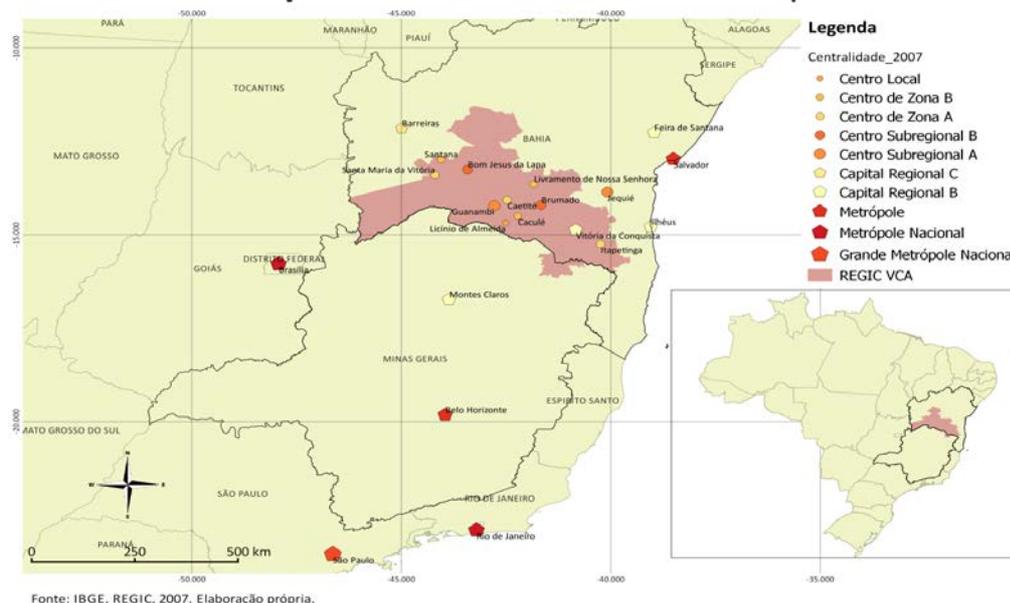


Figura 1 – Localização da Área de Influência de Vitória da Conquista

Na Tabela 2, demonstramos o alto ritmo de crescimento da população urbana de Vitória da Conquista, em relação ao crescimento da população total, entre 1940 e 2010. O dado ganha relevância quando consideramos sua localização geográfica, cuja taxa de urbanização dos municípios alcança média bem abaixo das verificadas no país e na Bahia. Com população residente majoritariamente rural no ano de 1940 (84%), o município obteve taxas expressivas de crescimento da população urbana no período 1940-80, média de 6,11% a.a., enquanto a população total crescia a 2,1% a.a. Este desempenho fez com que, já na década de 1970, o município alcançasse uma taxa de urbanização de 66,94%. Entre 1960 e 1970, a população total diminuiu 11,47%, enquanto a população urbana aumentou 71,21% (crescimento de 5,52% a.a.), refletindo as principais transformações econômicas e sociais sofridas pelo país e também pelo município. Estas décadas marcam o grande fluxo migratório inter-regional no sentido Nordeste–Centro-Sul e o processo de modernização da agricultura, na qual Vitória da Conquista foi influenciada com a cultura do café, promovendo uma migração no sentido campo-cidade.

A população rural de Vitória da Conquista em 1970 correspondia a apenas 44,8% do que era em 1960, continuando a reduzir desde então. Já o período posterior a 1980 marca uma inflexão na dinâmica demográfica da cidade. Entre 1980 e 1991 verificamos um arrefecimento no crescimento da população urbana, embora as taxas ainda fossem expressivas (3,61% a.a.). Este comportamento influenciou o aumento da população total que cresceu a uma taxa de 2,55% a.a. Nos períodos subsequentes (1991-2000 e 2000-10), aquela fase de expansão mostra sinais de seu esgotamento, com o município passando a apresentar taxas de crescimento bem mais modestas, puxados exclusivamente pelo aumento da população urbana.

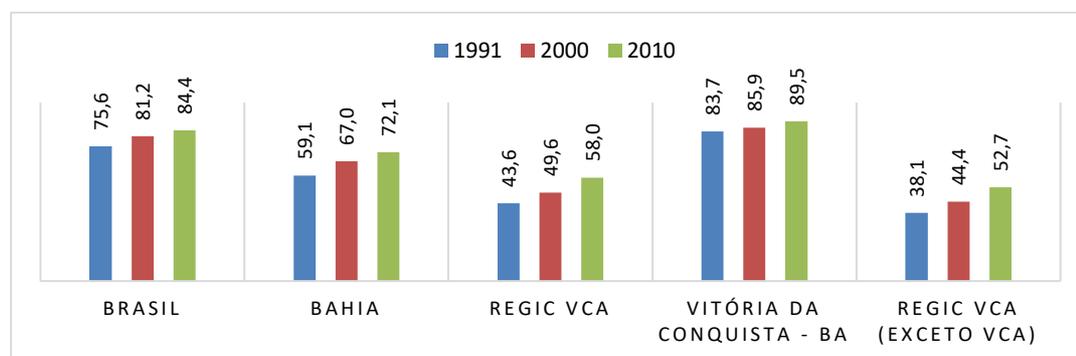
Tabela 2 – Vitória da Conquista: População total, urbana e rural, taxas de crescimento e de urbanização (1940-2010)

Ano	População					Taxa de urbanização (%)
	Total	Crescimento (%)	Urbana	Crescimento (%)	Rural	
1940	74.443	-	11.884	-	62.559	15,96
1950	96.664	2,65	23.553	7,08	73.111	24,37
1960	141.835	3,91	49.093	7,62	92.742	34,61
1970	125.573	-1,21	84.053	5,52	41.520	66,94
1980	170.619	3,11	127.512	4,26	43.107	74,73
1991	225.091	2,55	188.351	3,61	36.740	83,68
2000	262.494	1,72	225.545	2,02	36.949	85,92
2010	306.866	1,57	274.739	1,99	32.127	89,53

Fonte: Censos Demográficos, 1940-2010.

Podemos expressar a diferença entre Vitória da Conquista e os municípios de sua área de influência comparando seu grau de urbanização com outras escalas geográficas (Gráfico 1), para o período entre 1991 e 2010. Enquanto a taxa de urbanização brasileira chegava a 84,37% em 2010, Vitória da Conquista já apresentava desempenho similar em 1991. A Bahia, cujo grau de urbanização só superou os 50% em 1991, apresenta taxas sempre abaixo da média nacional. Já Vitória da Conquista surpreende pelo desempenho em relação à sua área de influência. A taxa de urbanização da REGIC VCA passou de 43,56%, em 1991, para 49,63% no ano 2000, e 58,02% em 2010. Portanto, bem abaixo das médias nacional e estadual. Quando excluimos o município de Vitória da Conquista, temos o quadro da dinâmica urbana da região. A taxa de urbanização da REGIC VCA, exceto Vitória da Conquista, apenas supera ligeiramente os 50% em 2010.

Gráfico 1 – Taxa de urbanização por diferentes escalas geográficas (1991-2010)



Fonte: Censos Demográficos, 1991, 2000 e 2010.

Quanto à análise do desempenho por grupo de cidades da REGIC VCA, destacamos a estabilidade da população total entre os anos 2000 e 2010, com crescimento de menos de um por cento em uma década (Tabela 3). Em grande medida, este desempenho deve-se à perda de população total dos municípios pertencentes ao grupo de Centros locais, cuja população reduziu em 5,8% no

período, apontando para uma antiga realidade regional de tradicional expulsadora de população⁷. A cidade de Vitória da Conquista, como Capital Regional, lidera o crescimento populacional na região, crescendo a taxas anuais de 1,72% e 1,57% nos períodos 1991-2000 e 2000-10.

No que se refere aos Centros Sub-regionais, seu desempenho deve-se ao crescimento da população total de Bom Jesus da Lapa (16,6% entre 2000 e 2010) e de Guanambi (9,9% no período). O município de Brumado teve desempenho mais modesto, crescendo 8,7% entre 1991 e 2000 e, 3,9% no período subsequente. Destaca-se, também, o crescimento mais acelerado da população urbana nesse grupo, elevando sua taxa de urbanização de 66% em 1991 para 73% em 2010, aproximadamente. Já em relação aos municípios pertencentes ao grupo dos Centros de Zona, apesar do baixo crescimento da população total, destaca-se o aumento de sua população urbana, cujas taxas permitiram ao grupo alcançar um grau de urbanização de 63,7% no ano de 2010. Todavia, o desempenho individual é bastante errático. Enquanto o município de Itapetinga aparece com 97% de sua população vivendo na zona urbana, no ano de 2010, Boquira apresenta apenas 30% de urbanização. Além de Itapetinga, os municípios de Pedra Azul (MG) e Poções (BA) também despontam como os mais urbanizados, com 88% e 78%, respectivamente. Este quadro aponta para a ocorrência de dinâmicas econômica e urbana distintas entre estes municípios.

Tabela 3 – Área de Influência de Vitória da Conquista: Grau de urbanização e taxas de crescimento da população total e urbana por grupos de cidades, 1991-2010

Grupos de Municípios	Cresc Pop Total (% a.a.)		Cresc Pop Urbana (% a.a.)		Taxa de urbanização		
	2000/1991	2010/2000	2000/1991	2010/2000	1991	2000	2010
REGIC VCA	1,21	0,09	2,69	1,67	43,56	49,63	58,02
Capital Regional	1,72	1,57	2,02	1,99	83,68	85,92	89,53
Centros Sub-regionais	1,03	0,95	1,73	1,31	66,13	70,34	72,88
Centros de Zona	0,87	0,67	2,08	1,47	52,84	58,83	63,71
Centros Locais	1,25	-0,59	3,72	1,71	28,83	35,83	45,04

Fonte: Censos Demográficos (1991-2010)

Por sua vez, a perda da população total dos municípios pertencentes ao grupo dos Centros Locais não influenciou a redução de sua população urbana. Pelo contrário, a taxa de crescimento dos habitantes da zona urbana cresceu numa média de 3,72% a.a., no período 1991-2000, e 1,71% a.a., entre 2000 e 2010. Tal desempenho permitiu um aumento do grau de urbanização que sai de apenas 28,8% no ano de 1991 para 45% em 2010. Embora tratar-se de taxas bem abaixo da média estadual e nacional, identificamos um processo de urbanização em curso. Conforme veremos em seguida, são municípios que se caracterizam pela predominância das atividades rurais na ocupação da mão de obra. Mas, têm nos serviços da administração pública o principal componente da renda. Este quadro parece apontar para uma espécie de divisão interna do trabalho, na qual aqueles indivíduos alocados em empregos públicos – normalmente municipais – figuram no "topo" da hierarquia social local, pois percebem os melhores rendimentos, além de serem talvez os únicos a possuírem alguma estabilidade de emprego e renda.

Na Tabela 4⁸, observamos o comportamento de Vitória da Conquista com base no desempenho econômico por setores e na sua participação em relação a outros níveis geográficos. Entre 1999 e

⁷ Parte desta perda pode ser atribuída à inconsistência dos dados frente às fraudes verificadas nos censos anteriores. Contudo, isto não exclui o quadro de ser uma região tradicionalmente expulsadora de população e, ainda, reforça a ideia de que a região é bastante dependente dos recursos públicos.

2012, a participação de Vitória da Conquista no Produto Interno Bruto da Bahia passou de 1,69% para 2,36%, indicando o maior peso dessa municipalidade na geração de valor do estado. Este fator é impulsionado pelo setor de serviços. Mesmo princípio para o peso que o PIB de Vitória da Conquista tem sobre o de sua REGIC VCA, na qual respondia no ano de 2012, por 25,27% do PIB gerado naquela região, quando esse valor era de 21,43% e 23,90%, nos anos de 1999 e 2005, respectivamente. Neste último caso, observamos um movimento de concentração da renda gerada na região, que tende a ser cada vez mais uma renda percebida pelas atividades urbanas, no qual têm primazia os centros com maior diversificação do comércio e dos serviços. Isto também pode significar que o movimento de desconcentração da economia baiana – se ocorre – ocorra restrito a poucas áreas ou centros urbanos.

Tabela 4 – Vitória da Conquista: Produto Interno Bruto, Valor Adicionado e participação relativa por níveis geográficos (1999-2012)

Produto Interno Bruto e Valor adicionado	Ano		
	1999	2005	2012
Produto Interno Bruto			
% VCA/Bahia	1,69	1,98	2,36
% VCA/REGIC	21,43	23,90	25,27
Valor adicionado agropecuária			
% VCA/Bahia	0,98	0,99	0,82
% VCA/REGIC	4,96	5,44	4,99
Valor adicionado indústria			
% VCA/Bahia	0,95	0,87	1,71
% VCA/REGIC	23,18	20,71	26,09
Valor adicionado serviços (exceto administração pública)			
% VCA/Bahia	2,10	2,87	2,95
% VCA/REGIC	31,05	36,32	34,49
Valor adicionado administração pública			
% VCA/Bahia	1,84	2,07	2,29
% VCA/REGIC	11,79	13,15	14,83

Fonte: IBGE/SIDRA.

No que se refere à indústria, a contribuição de Vitória da Conquista ao valor adicionado por este setor no estado da Bahia apresentou crescimento entre 2005 e 2012, quando chegou a representar 1,71% do total do estado. Por outro lado, Vitória da Conquista responde por 26,09% de todo o valor adicionado pela indústria dentro da REGIC VCA em 2012. Este desempenho é também indicativo não só da centralidade de Vitória da Conquista em relação aos outros centros, como da enorme diferença de dinamismo deste município em relação àqueles que estão ao seu redor. A produção industrial nesta cidade corresponde a mais do que o dobro da segunda colocada (Itapetinga), entre os municípios da REGIC VCA, no ano de 2012.

⁸ Trabalhamos com os anos de 1999, 2005 e 2012, cujo recorte temporal justifica-se pelo tamanho da série do PIB municipal, na metodologia de 2007, que inicia no ano de 1999, enquanto 2012 era o último ano disponível quando fizemos o levantamento. Também trabalhamos com os dados nominais, de modo que impossibilita verificarmos crescimento real. Desse modo, procedemos com a análise da mudança de participação relativa, no início, na metade e no final da série.

Em 2012, Vitória da Conquista representava quase 3% do valor adicionado pelos serviços no estado da Bahia, o que equivalia a 34,49% de toda a renda gerada pelo setor dentro da REGIC VCA. Valores que estão de acordo com sua posição dentro desta rede, como centro mais populoso, urbanizado e principal destino daquela população por motivos de compras, saúde e ensino superior (IBGE, 2008). Devemos nos atentar, contudo, ao peso que tem o Valor adicionado pela administração pública, como segmento dentro do setor de Serviços. Por este motivo, optamos por abordar este segmento desagregado do setor Serviços, a fim de pormenorizar a dependência que a REGIC VCA possui das atividades exercidas pela administração pública. Ou seja, o peso deste segmento pode indicar uma alta dependência que a economia da região tem para com as atividades do Estado – ou melhor, para com o gasto corrente público –, o que sinaliza para um nível reduzido de atividade econômica. Sobre o desempenho deste segmento, a Tabela 5 permite-nos uma análise mais pormenorizada do seu comportamento dentro da REGIC VCA.

Em 2012, os *Serviços de Administração, Saúde e Educação pública e Seguridade social* representavam 29,3% de todo o valor adicionado dentro da REGIC VCA, nível que se mantém desde 1999. Ao considerarmos a contribuição deste segmento dentro do setor terciário (inclusive administração pública), isto equivale a 41,23% de todo o valor adicionado pelo setor. Para efeitos de comparação, no estado da Bahia o peso deste segmento no setor de serviços é de 28%. Já em Vitória da Conquista foi de 23,2%, no ano de 2012. Portanto, quando se busca fazer uma análise da rede urbana, levando-se em consideração a centralidade dos serviços na hierarquia dos centros urbanos, é de fundamental importância que observemos o tipo de serviços que é ali ofertado. Neste caso, a administração pública não só contribui na determinação da hierarquia regional como também é um importante componente da renda local/regional.

Tabela 5 – Área de Influência de Vitória da Conquista: Valor adicionado por setores (1999-2012)

Setor	1999		2005		2012	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Valor Adicionado Bruto	3.100.066	100	6.907.582	100	14.386.740	100
<i>Agropecuária</i>	530.954	17,13	1.225.555	17,74	1.744.596	12,13
<i>Indústria</i>	411.958	13,29	1.051.077	15,22	2.426.119	16,86
<i>Serviços (exceto adm. pública)</i>	1.251.853	40,38	2.689.725	38,94	6.003.631	41,73
<i>Administração pública</i>	905.301	29,20	1.941.225	28,10	4.212.394	29,28

Fonte: IBGE/SIDRA.

Houve redução da contribuição da Agropecuária ao Valor Adicionado Bruto na REGIC VCA, de 17,13% em 1999, para 12,13% em 2012. O crescimento nominal do valor adicionado por este setor foi bem abaixo do que o verificado pela Indústria e Serviços, inclusive do segmento de Administração pública, o que pode caracterizar um enfraquecimento das atividades primárias nesta região. O quadro merece investigação mais profunda, pois, é neste setor que está situada a maior parte da população ocupada, significando certa deterioração das condições de vida da população. Ou seja, permanecem as condições que favorecem o quadro de miséria e do êxodo rural, tanto em direção aos núcleos urbanos próximos quanto para outras regiões do país. No setor industrial, verificamos maiores níveis de crescimento nominal. A atividade industrial representava 13,3% do Valor Adicionado no ano de 1999, passando para 16,9% no ano de 2012.

Na Tabela 6, percebemos certa especialização produtiva (divisão do trabalho) entre os municípios da REGIC VCA, que talvez possa caracterizar um esquema típico de uma localidade central com sua hinterlândia. De um lado, os Centros Locais respondem pela maior parte do valor adicionado pela Agropecuária entre os municípios da REGIC VCA, durante todo o período em análise. Este comportamento se mantém em escala decrescente à medida que se elevam os níveis hierárquicos da rede. Assim, os Centros de Zona aparecem em segundo lugar, seguidos dos Centros Sub-regionais e da Capital Regional. Exceção feita ao ano de 2005, quando a produção agropecuária de Vitória da Conquista supera levemente a produção dos Centros Sub-regionais. De outro lado, temos uma forte concentração dos setores industrial e de serviços em Vitória da Conquista (26,1% e 34,5%, respectivamente), apontando para a sua centralidade. Se somarmos os valores da Capital Regional com os Centros Sub-regionais, obtemos 45% da produção industrial e 49% do valor dos serviços gerados em apenas quatro municípios. Porém, a ideia convencional da hierarquia urbana do tipo campo-cidade é logo contraposta (ou relativizada), pois o desempenho da produção agropecuária, na análise individualizada por municípios, revela que Vitória da Conquista é também um dos que mais contribui ao valor adicionado entre os municípios investigados.

Tabela 6 – Área de Influência de Vitória da Conquista: valor adicionado por setores e participação por classificação de cidades

Setor	1999		2005		2012	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Agropecuária	530.954	100,75	1.225.555	100,33	1.744.596	100,23
Capital Regional	26.342	4,96	66.683	5,44	87.065	4,99
Centros sub-regionais	29.743	5,60	61.794	5,04	99.263	5,69
Centros de zona	103.661	19,52	168.743	13,77	303.120	17,37
Centros locais	375.206	70,67	932.345	76,08	1.259.172	72,18
Indústria	411.958	100,97	1.051.077	100,38	2.426.119	100,17
Capital Regional	95.495	23,18	217.699	20,71	632.951	26,09
Centros sub-regionais	72.061	17,49	210.203	20,00	465.732	19,20
Centros de zona	98.562	23,93	277.673	26,42	563.261	23,22
Centros locais	149.838	36,37	349.512	33,25	768.199	31,66
Serviços (exceto adm. pública)	1.251.853	100,32	2.689.725	100,15	6.003.631	100,07
Capital Regional	388.691	31,05	976.813	36,32	2.070.355	34,49
Centros sub-regionais	196.503	15,70	373.289	13,88	847.832	14,12
Centros de zona	261.640	20,90	522.211	19,42	1.161.510	19,35
Centros locais	409.017	32,67	821.422	30,54	1.927.958	32,11
Administração pública	905.301	100,44	1.941.225	100,21	4.212.394	100,10
Capital Regional	106.779	11,79	255.324	13,15	624.763	14,83
Centros sub-regionais	81.123	8,96	167.947	8,65	398.345	9,46
Centros de zona	178.356	19,70	360.443	18,57	837.328	19,88
Centros locais	543.041	59,98	1.161.521	59,83	2.355.982	55,93

Fonte: IBGE/SIDRA.

Pela ótica da indústria, há certo equilíbrio entre a participação de cada grupo de cidades. Tal comportamento sugere a importância de se investigar estes dados desagregando-os pelo tipo de

atividade econômica, o que não é possível pelo nível de agrupamento das informações feito pelo IBGE e órgãos responsáveis, na escala municipal. Ressaltamos, contudo, a contribuição das fábricas de calçados situadas na região de Itapetinga (municípios que receberam unidades fabris a partir de finais da década de 1990, incentivadas por benefícios fiscais), assim como a contribuição de Vitória da Conquista e outras produções industriais em Brumado e Guanambi.

Por fim, buscamos caracterizar a REGIC VCA pelo tipo de ocupação da população, de acordo com a seção de atividade econômica. Os dados foram extraídos do último censo demográfico. Deste modo é possível ter maior aproximação do nível de atividade econômica da região, uma vez que os dados referentes ao PIB Municipal – utilizados nas tabelas anteriores – são apenas uma *proxy* da geração de valor no âmbito municipal. Entre a população ocupada residente na REGIC VCA, 316.089 pessoas (37,1% do total) estavam alocadas em atividades relacionadas à *agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura*, no ano de 2010. Destes, os municípios pertencentes ao grupo dos Centros Locais respondiam por 70,4%, cuja participação vai decrescendo à medida que se eleva o nível hierárquico dos grupos de cidades. Isto parece apontar para a predominância (ou maior participação residual) da atividade agrícola nesse grupo de municípios menores, em contraposição às atividades urbanas dos núcleos maiores, conforme o que também se apurou na análise da composição do PIB Municipal.

Em seguida, aparece o *Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas*, respondendo com a segunda maior parcela da população ocupada na região (14%). Somente a cidade de Vitória da Conquista responde por 26,56% dos trabalhadores ocupados nesse tipo de atividade. Destaque para o seu tradicional comércio atacadista, com relativa influência regional, caracterizado por ser um grande empregador, em que pese também possuir um pujante comércio varejista, tornando-a o principal destino regional das viagens por motivo de compras (IBGE, 2008). Em seguida, o grupo dos Centros Locais responde por 35,86%, secundado pelos Centros de Zona (22,05%) e os Centros Sub-regionais (15,54%). Já os segmentos de *Indústria de Transformação* e *Construção* respondem, respectivamente, por 6,9% e 6,7% da população ocupada da REGIC VCA. Vitória da Conquista concentra a maior parte destes trabalhadores, secundada sucessivamente pelos Centros Locais, Centros de Zona e Centros Sub-regionais.

O comportamento destes três segmentos – comércio, indústria de transformação e construção – aponta para a distância entre o dinamismo de Vitória da Conquista em relação aos seus pares. Enquanto este município concentra mais de 20% da população ocupada nestas seções de atividade, a composição relativa nos demais grupos de cidades está consoante à quantidade de municípios em cada grupo. Na média, cada município pertencente aos Centros locais responde por apenas 1.156 pessoas ocupadas em algum desses segmentos. Nos Centros de Zona são 4.684 pessoas, em média, ocupadas em cada município. Já os Centros Sub-regionais, individualmente, respondem por 10.200 trabalhadores ocupados nestas atividades. O quadro aponta, justamente, para o nível hierárquico dos municípios, com a Capital Regional respondendo por 56.391 pessoas ocupadas em alguma destas três atividades no ano de 2010.

O percentual de pessoas ocupadas nos *Serviços domésticos* (6,7% em 2010) chama a atenção pela natureza deste tipo de atividade, concentrando uma boa parcela da população em ocupações ligadas ao “terciário pobre”. Dado que expressa de certo modo um urbano subdesenvolvido. As atividades de *Educação* (5,7%) e *Administração pública, defesa e seguridade social* (5,2%) completam o rol das principais atividades empregadoras na REGIC VCA. No que se refere às atividades de Educação, a Capital Regional respondia por 16,74% da população ocupada, no ano de 2010, enquanto os Centros Locais detinham 52,97%. Como as atividades educacionais

prestadas nestas pequenas cidades são ofertadas, predominantemente, pelos órgãos públicos municipais ou estaduais, percebe-se que o Estado (em suas três esferas) é aqui também um grande empregador da região. Os Centros Locais respondem por 58,03% da população ocupada na Administração pública na REGIC VCA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, procuramos demonstrar que a hierarquia urbana na área de influência da cidade de Vitória da Conquista (BA) foi definida no contexto da formação do mercado nacional, mas tendo por bases a estrutura herdada ainda nas primeiras fases de ocupação do território e resguardadas suas especificidades regionais, isto é, os fatores internos que determinaram as cidades que mais se destacariam regionalmente. Pelo que podemos verificar, o quadro hierárquico mantém-se desde os primeiros levantamentos a respeito realizados pelo IBGE⁹.

Consideramos que a Área de influência de Vitória da Conquista tem o Estado como principal agente dinamizador e a sua economia fundada em termos, principalmente, das atividades administrativas públicas e do seu setor de serviços. A validação deste argumento implica identificar os principais fatores que influenciam na configuração desta rede de cidades, bem como na sua dinâmica interna. Deste modo, identificamos uma mudança estrutural no PIB destes municípios, com forte ampliação da participação da administração pública e seguridade social. Com base nesta evidência empírica, a atuação do Estado resulta da maior participação do gasto corrente público na composição da renda desses municípios. São os salários da administração pública nas três esferas de governo, os gastos de custeio, as políticas públicas como a Previdência Rural e, mais recentemente, os gastos sociais de políticas como o Programa Bolsa Família. Do ponto de vista da rede urbana, nos referimos à importância desses componentes na dinamização dos fluxos econômicos e sociais que perpassam por este conjunto de cidades.

Mas, o fenômeno não é restrito apenas à área estudada, e foi registrado por autores como Cano (2011b), Gomes (2001) e Carvalho (2014), que apontam para o volume da renda anual do Nordeste gerado pelos programas federais. Assim, as cidades médias do Nordeste, embaladas pelo desempenho recente da região, tornaram-se mais dinâmicas, mas não por ações individuais, estritamente localistas, focada no setor terciário que se constitui nelas, por exemplo. O fato principal é que este quadro ocorre a despeito do bom desempenho do terciário em algumas destas cidades. Contudo, tão logo estas áreas enfrentem a dura realidade das políticas de ajuste fiscal, que as prejudicam mais que um cenário de recessão, devido à maior dependência do gasto público, expõe-se a fragilidade deste tipo de crescimento.

REFERÊNCIAS

ALBAN, M. O novo enigma baiano, a questão urbano-regional e a alternativa de uma nova capital. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, XI, 2005, Salvador. *Anais...* Salvador, UFBA 2005.

⁹ O IBGE investigou a rede urbana brasileira nos anos de 1968, 1978, 1993 e 2007.

- ALVES, R. C. O. L. *A influência de uma cidade média do sudoeste da Bahia: o caso de Vitória da Conquista*. Tese (doutorado) – Universitat de Barcelona, Facultat de Geografia i Historia, Barcelona, Espanha, 2014.
- BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Superintendência de Planejamento Estratégico. *Quatro cantos da Bahia*. Salvador, Superintendência de Planejamento Estratégico, 2001. 109p.
- CANO, W. Novas determinações sobre a questão regional e urbana após 1980. *Texto para Discussão*, n. 193, IE-UNICAMP, Campinas, SP, p. 1-36, julho, 2011a.
- _____. *Ensaio sobre a crise urbana no Brasil*. Campinas, SP, Ed. Unicamp, 2011b.
- CARVALHO, C. P. O. O novo padrão de crescimento no Nordeste semiárido. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, Ceará, v. 45, n.3, p. 160-184, jul.set., 2014.
- DIAS, P. C.; ARAUJO, M. M.S. Notas sobre cidades médias: uma proposta para a Bahia. *Geo UERJ* (Cessou em 2004. Cont. ISSN 1981-9021 Geo UERJ (2007)), v. 1, p. 285-311, 2013.
- GEIGER, P. *Evolução da rede urbana brasileira*. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1963. (Serie VI - Sociedade e educação).
- GOMES, G. M. *Velhas secas em novos sertões: continuidade e mudanças na economia do semi-árido e dos cerrados nordestino*. Brasília, IPEA, 2001.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Regiões de influência das cidades: 2007*. Rio de Janeiro, IBGE, 2008.
- _____. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro, IBGE/Serviços Gráficos, 1960. (volume 7, Grande Região Leste)
- LEÃO, S. O. Padrões espaciais de desenvolvimento urbano (1500-1930). In: SILVA, S. B. M.; LEÃO, S. O.; SILVA, B. C. N. *Urbanização e metropolização no estado da Bahia: evolução e dinâmica*. Salvador: Universidade Federal da Bahia (UFBA), p. 1-185, 1989.
- NEVES, E. F.; ADAN, C. F. F. Exterioridades culturais contemporâneas do Alto Sertão da Bahia e do Sertão da Ressaca. *Panorama Cultural da Bahia*. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia; Secretaria da Cultura, Salvador, SEI, 2012. (Série Estudos e Pesquisas, 92).
- PORTO, Edgard. *Desenvolvimento e Território na Bahia*. Salvador, SEI/BA, 2003. (Série Estudos e Pesquisas, 61) 111p.
- SANTOS, J. Ações do Estado e o papel das cidades médias baianas nos planos da urbanização capitalista. In: DIAS, P. C.; SANTOS, J. (orgs.). *Cidades médias e pequenas: contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos*. Salvador(BA), SEI, 2012. (Série estudos e pesquisas, 94). 238p
- SILVA, S. B. M.; SILVA, B. C. N. Dinâmica recente do processo de urbanização/ metropolização 1931/1985. In: SILVA, S. B. M.; LEÃO, S. O.; SILVA, B. C. N. *Urbanização e metropolização no estado da Bahia: evolução e dinâmica*. Salvador: Universidade Federal da Bahia (UFBA), p. 187-262, 1989.

- _____. Desequilíbrios regionais e municipais no estado da Bahia. In: *Desenvolvimento Regional: Análises do Nordeste e da Bahia*. Salvador, v. 3, n. 30, p. 95-111, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI), 2006. (Série Estudos e Pesquisas, 73)
- SINGER, P. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. 2ª ed. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1977.
- SOARES, R. *A construção de cidades no Brasil: capital, poder público, população e a produção do espaço urbano em Vitória da Conquista (1940-2010)*. Tese (doutorado) – Universitat de Barcelona, Facultat de Geografia i Historia, Barcelona, Espanha, 2013.
- TEIXEIRA, F.; GUERRA, O. Cinquenta anos de industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. *Bahia: Análise e Dados*, SEI, Salvador-BA, v. 10, n. 1, p. 87-98, jul., 2000. exto das Referências (Calibri corpo 10; espaçamento exato 12,5 pts; 10.5 pts depois; alinhamento à esquerda; seguindo o sistema ABNT)